

## VISÃO DO CORREIO

# O termômetro da inércia

O mundo enfrenta uma fase de fracasso diplomático. Não bastassem as guerras que assolam o planeta — e seguem sem solução no horizonte —, a crise climática também evidencia que o poder do diálogo anda em baixa entre os países e expõe o egoísmo das nações ricas diante de uma catástrofe que já cobra o seu preço.

Isso fica evidente diante de números e pesquisas que apontam que as temperaturas seguem subindo sem que haja qualquer ação coordenada para, pelo menos, tentar mitigar os estragos. O dado mais recente veio nesta quinta-feira, com um relatório divulgado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) que não deixa nenhuma margem para o otimismo.

Ao apontar que as temperaturas médias globais permanecerão em níveis recordes entre 2026 e 2030, com 75% de chance de romper a barreira de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, a OMM formaliza o que já se sente na pele. O limite térmico que pautava os discursos em conferências virou pó. A humanidade cruzou a linha da prevenção, está além do chamado “ponto de não retorno” e entrou, de forma definitiva, na era da mitigação de danos.

Os dados não representam uma anomalia estatística. A probabilidade de 86% de que o recorde de calor de 2024 seja superado até o fim da década carrega implicações diretas para a economia. Um planeta sistematicamente mais quente significa quebras de safra sucessivas, choques na oferta de alimentos e inflação persistente corroendo a renda das famílias.

Esse cenário drena orçamentos públicos com a reconstrução de infraestruturas destruídas por eventos extremos e encarece o custo logístico. O clima desregulado deixou de ser pauta de fóruns ambientalistas para se consolidar como o principal vetor de

instabilidade econômica deste século, uma situação que deverá se agravar com o super El Niño previsto para o fim deste ano.

Diante de um desafio dessa magnitude, o colapso climático deveria catalisar uma resposta pragmática e coordenada, que unisse todos os povos e países em um só esforço. O que se observa é o oposto. As nações ricas, detentoras do maior passivo histórico de emissões industriais, continuam a arrastar os pés no repasse de tecnologias e no financiamento de transições energéticas para os países mais vulneráveis. Em vez de encabeçar uma coalizão de adaptação, blindam suas economias e subsidiam paliativos locais, ignorando que a atmosfera não respeita fronteiras desenhadas em mapas ou acordos alfandegários.

Essa inércia tem um desdobramento visível e ignorado: as grandes rotas de migração climática. Com o aumento contínuo das temperaturas, extensas faixas do globo caminham para se tornarem inabitáveis. Populações expulsas pela seca extrema, pela elevação dos oceanos e pelo esgotamento produtivo da terra não vão desaparecer: vão se mover. A negligência atual planta as sementes para crises de refugiados em escala inédita. Os países ricos fecham os olhos para isso, apostando na durabilidade de seus muros e barreiras legais. É uma aposta que a história já mostrou ser perdedora.

É tarde para que as lideranças mundiais abandonem a ilusão de que o tempo está a seu favor. Não há mais lastro para celebrar cúpulas esvaziadas ou metas empurradas para a próxima década. A realidade exige adaptação urbana, corte real de emissões e responsabilização financeira imediata. Quando a fatura chegar, nenhuma riqueza nacional será suficiente para isolar os arquitetos dessa letargia do mundo que eles mesmos escolheram construir.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

### Redução da jornada 1

A maioria dos geradores de emprego deste país não é bilionária, são negócios já esfolados com impostos e burocracias. É preciso que tenhamos já cortes de gastos e de impostos! A moeda está desvalorizada, a inflação está alta, as pessoas estão comprando menos alimentos, o governo mais gasta do que arrecada. Assim, as pessoas não vão curtir e descansar com o fim da escala 6 X 1, vão buscar um segundo emprego. Mexer só na escala — em convenientemente só agora perto da eleição — é só a ponta do iceberg.

#### » Guilherme de Almeida

Brasília

### Redução da jornada 2

O fim da escala 6 X 1 representa mais do que uma mudança na rotina de trabalho, é a chance de devolver tempo às famílias. Durante anos, muitos pais e mães precisaram escolher entre descansar ou viver momentos com os filhos. Perderam apresentações na escola, almoços em família, passeios simples e até o direito de desacelerar um pouco. Trabalhar é necessário, mas viver também é.

#### » Ignez Travassos

Brasília

### Promiscuidade público-privada

O caso BRB é emblemático do mal produzido pela admissão de promiscuidade entre a esfera econômico-produtiva, regida pela lógica sistêmica, e a esfera político-reguladora, regida pela lógica dialética. Quando a dimensão política é capturada por interesses econômicos, são gerados privilégios e desvios de recursos públicos. Quando a dimensão produtiva é capturada por interesses políticos, é gerada ineficiência. Em ambos os casos, quem sofre é a população, que paga os impostos e a ineficiência. Empresa pública é uma excrescência lógica e ontológica. Quem regula não deve concorrer no mercado, e quem concorre não deve regular, dado que essas duas ações evidenciam distorções que prejudicam a população. Logo, Estado que defende empresa pública não o faz em nome dos interesses da população.

#### » Rubi Rodrigues

Octogonal

### Cerrado

As manchetes vêm celebrando a queda do desmatamento. Entretanto, reduzir a devastação na conta geral não significa avanço quando mais da metade da destruição se concentra no Cerrado, o bioma que garante a água do país. Ele está sendo empurrado para o limite pela expansão agrícola. É preciso pensar no futuro, pois, quando um bioma inteiro é sacrificado em silêncio, não há sustentabilidade possível.

#### » Paccelli M. Zahler

Sudoeste

### Reflexões suecas

Na edição do *Correio* da sexta-feira passada, o jornalista Roberto Fonseca escreve magnífico artigo com o título em epígrafe revelando detalhes da vida no país

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

“Nós salvamos o BRB”, diz a governadora do DF. Às custas da qualidade de vida e trabalho de todos servidores públicos do DF por 15 anos!

Larissa Gonçalves — Brasília

O Brasil inteiro vai pagar essa lambança no BRB? E ninguém vai atrás desses bilhões desviados?

André Belém — Belém (PA)

Fim da escala 6x1: se depender de alguns deputados, a Lei Áurea é revogada.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Todo negócio que tenha empregados vai repassar o custo da redução das horas de trabalho e de produtividade aos produtos. Isso é claro. Impressionante como tem gente que não entendeu!

Leonardo Monteiro — Brasília

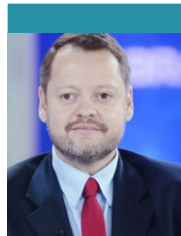
Neymar está em recuperação desde 2019, mas juram que, em poucos dias, ele estará 100% recuperado para a Copa. Confie!

Marconi Cristino — Ceilândia

nórdico, em sua viagem. Na mesma edição, há uma carta em que transcrevo artigo de um brasileiro, preocupado, assim como eu e tantos mais, com a exclusão digital. Nunca fui à Suécia, mas sei o suficiente para estabelecer comparações entre aquele país e o nosso. Nos países nórdicos, em geral, o índice de alcoolismo é elevado, talvez resultante do monitoramento do cidadão, submetido, ainda mais do que aqui, a um massacre do livre pensamento e comportamento, além do excesso de tecnologia no dia a dia, pois todos devem seguir um modelo para que o sistema funcione. Isso é fato também no Japão, assim como na maioria dos países ditos “desenvolvidos”. Por outro lado, certa vez, uma brasileira residente na Suécia, vendo o presidente da Suprema Corte daquele país caminhar na rua, depois de descer do transporte público, rumo ao trabalho, abordou-o, revelando os maus feitos dos homens do poder no Brasil. Em dado momento, o ministro pediu para parar o relato, cansado e incrédulo, ainda chamando-a de mentirosa, porque, segundo ele, em qualquer lugar do mundo o povo já teria retirado essas pessoas dos seus cargos.

#### » Humberto Pellizzaro

Asa Norte



ROBERTO FONSECA

[robertofonseca.df@dabr.com.br](mailto:robertofonseca.df@dabr.com.br)

## O desafio de votar contra

A aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 na Câmara produziu uma cena rara na política brasileira atual: um consenso praticamente unânime. Em tempos de polarização permanente, um texto reunir mais de 90% dos votos favoráveis dos deputados em dois turnos é algo que merece atenção. E reflexão.

A redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, acompanhada da garantia de duas folgas semanais, é uma medida de forte apelo popular. Não apenas porque mexe diretamente na qualidade de vida do trabalhador, mas porque dialoga com uma sensação crescente de exaustão vivida por milhões de brasileiros. O debate vai muito além da economia. É também social, humano e geracional.

Por isso, chama atenção o fato de 22 deputados terem votado contra no primeiro turno e 19 no segundo. É legítimo que haja divergência em uma democracia. Sempre será. O Congresso existe justamente para isso, para se ouvirem vozes divergentes. Mas é impossível ignorar o peso político de se posicionar contra uma pauta percebida pela população como avanço concreto nas relações de trabalho.

O argumento econômico contrário à PEC existe. Empresários alertam para aumento de custos, impacto na produtividade e risco de informalidade em alguns setores. São preocupações válidas e que precisam fazer parte da discussão. O próprio texto aprovado buscou amenizar resistências ao prever uma transição gradual de 14 meses e exceções para trabalhadores de alta renda. Ainda assim, o sentimento dominante fora de Brasília parece simples: quem trabalha seis dias por semana e descansa apenas um vê na proposta uma melhora real de vida.

É justamente aí que mora o desafio político para os parlamentares que votaram contra. Como explicar ao eleitor, em plena pré-campanha eleitoral, uma posição contrária a uma medida tão popular? A eleição está praticamente a quatro meses de distância. O tema seguirá presente nas redes sociais, nos sindicatos, nos programas de televisão e nas conversas cotidianas. Em um ambiente político cada vez mais guiado pela percepção pública, poucos assuntos têm um apelo tão imediato quanto tempo de descanso e qualidade de vida.

Em uma sessão marcada por bate-boca e cantoria, como “olê olê olá, Lula, Lula” e trechos de *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, um hino de resistência política, a oposição tentou transformar o debate em uma disputa sobre responsabilidade fiscal e populismo. Faz parte do jogo democrático. Mas há momentos em que a narrativa encontra limites na realidade concreta do eleitor. E o trabalhador brasileiro sabe exatamente o que significa acordar, enfrentar transporte lotado seis vezes por semana e voltar para casa sem tempo para a família, lazer ou descanso.

Agora, a atenção se volta para o Senado. A Casa terá coragem de travar uma proposta aprovada de forma tão ampla na Câmara? Senadores costumam agir com mais cautela em temas econômicos e trabalhistas. É bem provável que o texto enfrente resistência, pedidos de alteração ou tentativas de desaceleração. Mas barrar integralmente a PEC trará um custo político difícil de calcular. É importante lembrar que dois terços do Senado serão renovados em outubro. E a resposta é sempre dada nas urnas.

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO  
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés  
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux  
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 1.187,88
360 EDIÇÕES (promocional)			
<b>Assine</b> (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
<b>Anúncio</b> Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;  
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)